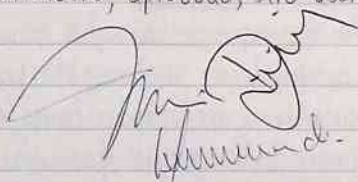


nº 039/93; Projeto de Lei nº 046/93, Projeto de Lei nº 019/94 e Projeto de Resolução nº 018/94. Julgado por 4 votos a 6 o Projeto de Resolução nº 017/94, aprovado por unanimidade o Projeto de Resolução nº 014/94 e aprovado por 11 (onze) votos a 2 (dois) o Projeto de Resolução nº 016/94. Aprovado o requerimento nº 152/94. Terminado a Ordem do Dia e não havendo propositores para o uso da tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois dela, submetida a apreciação Menória, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais

  
Assinado de -

Ata da décima Sessão Ordinária Ordinária do Segundo Período de Sessões da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 13 (treze) de setembro do ano de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro).


As dezessete horas do dia 13 (treze) de setembro do ano de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro), sob a Presidência em exercício do Vereador Luiz Antônio de Melo Farias e com a ocupação da Primeira Secretária "ad hoc" pelo Vereador Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Ayr Silva do Rocha, Adailton Pinto de Andrade, Aires Bessa de Albuquerque, Alfredo Luiz do Rocha Barreto, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Pinheiro, Dênis Ferraz da Silva, Edson Corrêa Kito, Ivan Luiz de Araújo, Leaquim Schumdt, Rogério da Rocha Mendes, Osmar Samparo da Silva, Orlando da Silva Pereira, Silas Rodrigues Bento e Waldemar Maurício de Aquino Neto. Movendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas os seguintes atos: Ata da décima Primeira Sessão Ordinária do Segundo Período de

Ata da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizado no dia 06 (seis) de setembro do ano de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro) e Ata da última Sessão da Reunião Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizado no dia 08 (oito) de setembro do ano de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro). A seguir o Senhor Presidente em exercício convocou ao Senhor Dirlei Pinheiro da Silva para que ocupasse a Primeira Secretaria e após o cumprimento do ato regimental voltou ao Senhor Primeiro Secretário Vereador Dirlei Pinheiro da Silva a leitura do Expediente, que consistiu do seguinte: Ofício nº 306/94 - Excmo Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio, assento encaminhado o Setor de Execução Documentária, referente ao ano de 1993, para apreciação desta Casa, Indicação nº 115/94 de autoria do Vereador Carlos Roberto de Aguiar dos Santos assento voltou ao Excmo Senhor Prefeito Municipal do lar e Vila da Lagoa em nosso Município, de Sistema Permanente de Coleta de Lixo. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente Vereador Marcos da Rocha Mendes já na direção dos trabalhos lançou a Sessão aos oradores inscritos em livro próprio. Como único orador inscrito, ocupou o Tribuna o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barros, do PT, e disse inicialmente que o campainha política com vistas ao Pleb de 3 de outubro, com os candidatos se apresentando na mídia, principalmente na televisão, na visão do seu Partido mostrava que a autenticidade não era tão marcante nos candidatos. Disse que para o seu Partido, apenas o Dr. União mostrava autenticidade, embora elos de dois ideais postulados pelo Partido dos Trabalhadores. Disse que a campainha mostrava a mesmice dos candidatos, todos defendendo a Educação, a Saúde e o Cidadania, como se o passado de grande parte dos candidatos e dos políticos buscando a reeleição não estivesse gravada na memória do povo e como exemplos de desprezo pelos mais elevados desideratos da atividade política. Adiante, disse que o Partido dos Trabalhadores, a exemplo de outros Partidos da esquerda e até mesmo o candidato União, promoviam ao longo do dia a dia da militância, promoviam consolidar o que acreditavam e pensavam, mas se surpreendiam quando de repente apareciam aqueles que elaboravam programas com espontaneidade rápida e, seguir passavam pelo discurso junto a sociedade. Alegrou que na maioria dos casos, tais programas eram tomados emprestados ou, com idéias roubadas e que existiam como um dependidas no dia a dia. Comple-



mintando, disse ser muito fácil defender a Escola Pública, defender a Educação Pública e no hora de se verificar a composição do Congresso Nacional, observou-se a grande Bancada do PFL que sempre era sustentada pelos privados da educação, ludibriar o povo, o exemplo também do PTB do Senhor Roberto Jefferson. Afirmou que mais de cem deputados do Congresso Nacional formavam o "lobby" da Educação Privada, indagando quais os representantes da Educação Pública no Congresso, se os que estavam no planique de Fernando Henrique, ou aqueles que negavam sistematicamente verbas para que não ocorressem desastres como o do Miguel Couto, como o Pedro II, ou o Liceu Nilo Peçanha, ou o Bomor Gomes em Cabo Frio, em precárias condições de funcionamento. Adiante, disse que conversando com um professor do Instituto de Educação, no Município do Rio de Janeiro, soubera que o estabelecimento estava sendo totalmente reequipado, em momento até mesmo conveniente, para ganhar votos, mas de forma alguma para que um novo prédio fosse construído. Falou que era simples e ao mesmo tempo complexo, perguntando como o PT iria se diferenciar daqueles que oportunamente pediam empréstado o dinheiro que estava caro, estava ao trabalhador o corte do salário, estava ao filho do trabalhador as vezes a falta de escola e de saúde. Prosseguiu, disse que o seu Partido não acreditava que as coisas estivessem "às pretas" para Lula, como queriam fazer ver alguns Institutos de Pesquisas, como deixavam alguns Imperadores da ordem Econômica, fazendo o povo acreditar que já havia um vencedor para a Presidência da República. Afirmou que a disputa ainda se desenrolava em seus pré-câmbulos, que muita coisa iria passar e por muitas pontes e, muitos auditores ainda iriam ocorrer. Disse que em São Paulo os metalúrgicos iniciavam o movimento grevista, não se admitindo que movuado por uma moeda e não por um Plano, o Governo Federal tivesse ingerência sobre o acordo entre Operários e Empresas, já selado, sem repasse de custos. Disse que tal ação do Governo, lembrava o tempo dos governos militares, como afirmava Lula, e assim, um acordo firmado em Câmara Setorial era desintegrado pelo Ministro Eto Gomes, para beneficiar uma candidatura. Quanto ao Senhor Fernando Henrique, disse que sempre fora fácil ganhar do mesmo, bastava observar as lampanhas em que participava, sendo sempre minoria. Falou de sua estada de que também em Cabo Frio começava

o haver uma concessão, não com o mesmo impacto do APC, mas por certo com o mesmo sentimento de dignidade. Falou que no dia anterior havia participado de uma Assembleia da Saúde e, estava ansioso esperando a Assembleia do SEPE e, queria saber o resultado da Assembleia da ASPM, e estava na hora de todos os trabalhadores exigirem o que lhes havia sido usurpado de forma covarde numa média aritmética de quatro meses, pois todos sabiam o que ocorrera com os preços nos últimos meses. Referiu a reunião que houve lugar no dia anterior, no Fórum, reunido de diversas entidades e instituições do Município e Poder Judiciário, tendo como fundamento a defesa da criança e do adolescente. Disse que a reunião foi muito proveitosa e comunicou que no dia 14 de outubro haveria a grande audiência pública regional, convocada pelo Ministério Público, em Cabo Frio, ainda em local a definir, para que na oportunidade, visando a Promotora, fossem extraídos termos de compromisso com a criança e no Município de Cabo Frio, iniciando assim sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para o seguinte ordem do Ordem do Dia. Nesta ordem foram aprovadas as seguintes matérias: Aprovado Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça no Projeto de Lei nº 020/94 e encaminhado a Comissão de Finanças Orçamento e Alimentação. Aprovado Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça nos seguintes Projetos: Projeto de Resolução nº 019/94 e Projeto de Resolução nº 021/94. Rejeitada a Emenda Aditiva nº 022/94. Aprovado a Indicação nº 175/94. Terminado o Ordem do Dia e não havendo oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse o presente Ata, que depois de lida, submetida e aprovada Plenária, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.



Ata da Décima Quinta Sessão  
Ordinária do Segundo Período de